

## **PEDAGOGIA VISUAL:** uso de estratégias de ensino de inglês aplicáveis aos alunos surdos

*Ana Regina e Souza Campello*

O presente artigo tem como tema: pedagogia visual: uso de estratégias de ensino de inglês aplicáveis aos alunos surdos. Nesta perspectiva, ao propor a revisão literária acerca da temática em questão, entende-se que seja um artigo que requer pesquisa, dedicação e sensibilidade para o ensino, mas ensinar para alunos surdos torna-se ainda mais desafiador e empolgante, especialmente quando há a necessidade de mudanças nos processos tradicionais de ensino que em nada favorece o aprendizado destes alunos. A utilização da estratégia educacional para os alunos é essencial em qualquer instituição de ensino que trabalhe com este público, isto requer planejamento, pesquisas e atendimento ao aluno nas atividades pedagógicas. O objetivo geral é compreender as propostas de ensino aos alunos surdos por meio de metodologias e didáticas que contemplem o visual nos conteúdos elaborados, dentro de uma perspectiva bilíngue. Assim sendo, buscou-se embasamento teórico para percepção e verificação dos tipos de abordagens, como também, as possíveis propostas de novas formas de ensino. Foi possível constatar também discursos que prescrevem a inclusão como forma de garantia do acesso do aluno surdo à educação em conjunto com ouvintes, no entanto, isso provoca mudanças e adaptações do contexto escolar que na prática não funciona. Verificou-se que o professor muitas das vezes fica sobrecarregado e sem estrutura, por conta de prescrições de outros que quase sempre em nada tem a ver com o processo de ensino/aprendizagem, em outras palavras, o planejado não é o que foi realizado.

Palavras-chave: Educação Bilíngue. Estratégias de Ensino. Pedagogia Visual.

**Abstract:** The present article has as its theme: visual pedagogy: use of teaching strategies applicable to deaf students. In this perspective, when proposing a literary review on the subject in question, it is understood that it is a article that requires research, dedication and sensitivity for teaching, but teaching deaf students becomes even more challenging and exciting, especially when there is the need for changes in traditional teaching processes that in no way favors the learning of these students. The use of educational strategy for students is essential in any educational institution that works with this public, this requires planning, research and students assistance in pedagogical activities. The general objective of understanding is the teaching proposals for deaf students through methodologies and didactics that include the visual in the elaborated contents, within a bilingual perspective. Therefore, a theoretical basis was sought for the perception and verification of the types of approaches, as well as the possible proposals for new forms of teaching. It was also possible to verify discourses that prescribe inclusion as a way of guaranteeing the deaf students access to education together with hearing people, however, this causes changes and adaptations in the school context that in practice does not work. It was found that the teacher is often overloaded and without structure, due to the prescriptions of others who almost always have nothing to do with the teaching/learning process, in other words, what was planned is not what was carried out.

**Keywords:** Bilingual Education. Teaching Strategies. Visual Pedagogy.

**Resumen:** Este artículo tiene como tema: la pedagogía visual: uso de estrategias de enseñanza del inglés aplicables a estudiantes sordos. En esta perspectiva, al proponer una revisión literaria sobre el tema en cuestión, se entiende que es un artículo que requiere investigación, dedicación y sensibilidad para la enseñanza, pero enseñar a alumnos sordos se vuelve aún más desafiante y apasionante, sobre todo cuando existe la necesidad. por cambios en los procesos tradicionales de enseñanza que de ninguna manera favorecen el aprendizaje de estos estudiantes. El uso de la estrategia educativa para estudiantes es fundamental en cualquier institución educativa que trabaje con este público, esto

requiere de planificación, investigación y acompañamiento de los estudiantes en las actividades pedagógicas. El objetivo general es comprender las propuestas didácticas para estudiantes sordos a través de metodologías y didácticas que incluyan lo visual en los contenidos elaborados, dentro de una perspectiva bilingüe. Por lo tanto, se buscó una base teórica para la percepción y verificación de los tipos de enfoques, así como las posibles propuestas de nuevas formas de enseñanza. También fue posible verificar discursos que prescriben la inclusión como una forma de garantizar el acceso a la educación del estudiante sordo junto con las personas oyentes, sin embargo, esto provoca cambios y adaptaciones en el contexto escolar que en la práctica no funcionan. Se constató que el docente muchas veces se encuentra sobrecargado y sin estructura, debido a las prescripciones de otros que casi siempre no tienen nada que ver con el proceso de enseñanza/aprendizaje, es decir, lo planificado no es lo realizado.

**Palabras clave:** Educación Bilingüe. Estrategias de enseñanza. Pedagogía Visual

## APRESENTAÇÃO

O presente artigo surge a partir de situações vivenciadas em estágios acadêmicos em uma escola específica para atendimento aos alunos surdos de minha cidade, Manaus, estado do Amazonas. Observava a paciência da professora e a calma em abordar os conteúdos, como também repetir várias vezes a mesma explicação, com diferentes formas de expor os conteúdos.

Percebi que não havia algum tipo de material didático, a não ser o livro que a professora utilizava para escrever no quadro as atividades do dia. Foi aí que me vi diante de uma possibilidade – a abordagem através de materiais didáticos apropriados para um público tão diferenciado.

Apesar de a professora dominar bem a Libras e ter prática e experiência com a Língua Inglesa e Portuguesa, senti que os alunos em determinado momento entendiam o que a professora lhes apresentara, mas depois de um certo tempo, esqueciam tudo. Por isso, eu entendi o motivo das repetidas explicações feitas pela docente.

Outro ponto que me deixou bastante angustiado foi a dificuldade dos alunos surdos em entender vocabulários da LP. Muitas das vezes a professora desenhava no quadro uma figura referente a determinado vocabulário e sinalizava em Libras aos alunos, denotando a diferença de significados e cultural das línguas envolvidas neste processo de ensino e aprendizagem.

Em determinados momentos eu auxiliava a professora nas aulas, mas como ainda era muito novo na Libras (tinha finalizado o curso de Libras recentemente nesta época), me sentia inseguro, mas os alunos gentilmente me ajudavam e com isso, fui ganhando confiança e posteriormente já interagia com todos naturalmente, através da Libras.

Fui pesquisando algumas formas de se ensinar inglês, mas como havia acabado o estágio, deixei de lado estas pesquisas e o projeto para aplicação de formas de ensinar aos alunos a LI, com alguns materiais que julguei ser ferramentas de grande importância neste processo educativo.

O que me pareceu muito claro foi a possibilidade de se ensinar para um público, diferentes formas que possam lhes atrair a atenção e a vivenciar os conteúdos que lhes são apresentados. Neste sentido, para que o surdo internalize o aprendizado, ele tem que experimentar, fazer ou vivenciar a situação na qual o professor aborda.

Por exemplo, para se explicar o que é uma árvore, tive que levar a turma ao jardim da escola e lhes mostrar a árvore, seus galhos, folhas, tronco, raiz, fruto, fruta, como também

o vento que a balança, o sol que a alimenta, juntamente com a água da chuva e a sombra que ela nos dá, para que possamos ter qualidade de vida sempre.

Pode-se perceber neste exemplo que não se trata apenas de apresentar imagens em *power point* ou escrever no quadro branco em sala de aula, mas da possibilidade de se propor outras formas de aprendizado, que não seja a tradicional e de forma monólogo, mas sim com a interatividade e a interdisciplinaridade que cause o entendimento dos alunos surdos, não somente em uma disciplina, mas da interpretação de um assunto em uma matéria que pode ser reforçado em outra e que ganhe outros significados na outra, por conta das interações entre os colegas, sempre mediados pelo professor.

## INTRODUÇÃO

A utilização de uma boa estratégia educacional para os alunos é essencial em qualquer instituição de ensino que trabalhe com este público, isto requer planejamento, pesquisas e atendimento ao aluno nas atividades pedagógicas, uma vez que para se ter uma boa aula exige currículo bem estruturado, com planos de aula que contemplem as propostas descritas com atendimento às normas e legislações pertinentes ao ensino.

Neste sentido, as escolas públicas de Ensino Fundamental, mais especificamente, na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas, aliam o conhecimento à aquisição de competências, preparando o aluno para o exercício da cidadania, subsidiando e fomentando sua formação básica para o trabalho e para a sociedade à luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB e das Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental.

É interessante ressaltar que esta prática, na maioria das vezes, é aplicada no ensino regular, no entanto, diante do exposto e sobre estas práticas pedagógicas, alguns questionamentos se fazem presentes. No caso de alunos surdos, por exemplo: Os currículos contemplam os requisitos mandatórios para o plano de aula na educação especial? Como é a abordagem? Há a comunicação da Língua Brasileira de Sinais no espaço escolar? As aulas contemplam conteúdos visuais e lúdicos? Há profissionais especializados para atendê-los?

Neste sentido, a utilização da pedagogia visual<sup>1</sup>, voltada para os alunos surdos, procura despertar no educando o conhecimento prévio, para posteriormente abordar novas propostas de conteúdo. É interessante ressaltar que, muitas das vezes, por conta do desconhecimento e a falta de acompanhamento por parte da família, muitos desses alunos têm sua aquisição linguística tardia.

O desafio nas escolas torna-se enorme, justamente pelo fato de o aluno com surdez estar atrasado em relação aos outros colegas. Na verdade, tanto os alunos surdos com a falta de uma língua estruturada, quanto a escola que enfrenta várias dificuldades, representam ainda, como a sociedade e as instituições estão despreparadas para atenderem a este público diferenciado.

Isto envolve a falta de recursos adequados, estratégia pedagógica que atenda ao aluno surdo e que possibilitem a aquisição de forma significativa dos conceitos trabalhados em sala de aula, respeitando as especificidades desses discentes.

Diante deste cenário, o presente artigo tem como objetivo geral compreender as propostas de ensino aos alunos surdos por meio de metodologias e didáticas que contemplem o visual nos conteúdos elaborados, dentro de uma perspectiva bilíngue.

---

<sup>1</sup> A Pedagogia Visual, nada mais é que uma pedagogia elaborada e voltada para a comunidade Surda, baseada com os próprios entendimentos e experiências visuais. (FERNANDES, 2011, p. 32).

Ainda de maneira específica, os objetivos são: identificar as práticas utilizadas no ensino do aluno surdo e as políticas públicas aplicadas nesta atividade, bem como enumerar estas tratativas e políticas com intuito de entender e comentar as mais eficazes para o ensino de alunos surdos, além de exemplificar as práticas e seus atendimentos aos requisitos determinados nestas políticas e normas aplicáveis ao público surdo.

Ressalta-se que esta monografia trata das abordagens sobre as práticas pedagógicas em sala de aula (e fora dela também). Neste sentido, procura-se visualizar a junção entre o artigo, os conceitos e os procedimentos que despertem e explorem os conhecimentos prévios dos alunos, e como estas tratativas são desenvolvidas.

Desta forma, é possível estabelecer novos significados, com diferentes maneiras de pensar, interpretar e discutir as propostas apresentadas pelo docente. Assim como verificar o entendimento por parte do aluno surdo a partir da abordagem do professor, bem como, as indagações do aluno surdo.

Nesta perspectiva da pedagogia visual, outra finalidade está em perceber os diversos recursos que auxiliam os educandos no processo de aprendizagem, através dos materiais já estabelecidos e aplicados, como também, o uso deles no desenvolvimento desta prática, como por exemplo: o computador, o projetor de imagens, os filmes e as outras mídias como grandes aliados que colaboram de maneira significativa, no entendimento das mensagens.

É fundamental o conhecimento do professor na língua do aluno surdo, ou melhor, na Língua Brasileira de Sinais - (Libras) para que se tenha entendimento do que é passado aos discentes, com isto, se torna mais fácil a contextualização, quer seja em conteúdo específicos, quer seja em conteúdos gerais. Esta troca de experiências promove atitudes inovadoras e importantes, tanto no processo de aprendizagem do sujeito que o utiliza, quanto do mediador que promove o seu uso.

Assim, para que ocorram as situações de aprendizagem é necessário planejamento e contínuas pesquisas por parte do educador, pois a utilização de novas ferramentas propicia ao aluno a autoestima e o interesse pela pesquisa, tornando-o crítico e questionador para entender mais a respeito do mundo que o cerca.

## CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DA PEDAGOGIA VISUAL

Nas últimas décadas o tema inclusão tem sido o foco de muitas discussões, principalmente na área da educação. Em relação à área do conhecimento que abrange as línguas estrangeiras, percebe-se que pouco ou quase nada se tem desenvolvido sobre as metodologias específicas para atender aos alunos com especialidades/necessidades, em particular, aluno surdo. O que se vê, na maioria dos casos, são práticas que priorizam a comunicação com característica das línguas oral-auditivas (*speaking/listening*) ou, em alguns casos, a leitura e interpretação de textos escritos (*reading/writing*).

Em outras palavras, entende-se que boa parte das metodologias aplicadas no ensino de LI, nas escolas públicas e particulares, tais como o audiolingual e a abordagem comunicativa, em nada garante aos alunos surdos e ouvintes situações de interação e trocas de experiências ou mensagens que possam proporcionar seus desenvolvimentos e resultar na aquisição do conhecimento.

De acordo com Rocha (2015, p. 33), “devemos ter uma postura crítica a partir de movimentos que busquem distanciar-se de padrões reducionistas e homogeneizadores, em favor de outras ecologias (...)”. Não são levados em consideração os conhecimentos que estes alunos especiais trazem consigo, seus saberes são ignorados, como também, oportunidades de manifestar sua opinião e entendimento de determinada situação abordada. Entende-se

que muitas possibilidades são desperdiçadas. Sobre esta questão, Albres e Oliveira (2013), afirmam que:

[...] o foco do ensino deixa de ser a gramática normativa para se trabalhar a reflexão sobre o uso da língua em seus diferentes gêneros discursivos (LODI, 2004), permitindo ao aluno conhecer a língua em seu uso, nos propósitos de dizer na língua, na interação a que é aplicada, de construir sentidos sobre os diferentes textos. Baseados na concepção de que, dominar a linguagem, significa saber produzir e compreender textos de modo consciente sobre o funcionamento da linguagem. Esta concepção trata a língua de forma natural e os textos como unidade de significação. (ALBRES E OLIVEIRA, 2013, p. 47).

As oportunidades de um ensino crítico podem resultar em novos aprendizados e significados, tanto para alunos surdos, quanto para os ouvintes, quando acontece a interação entre estes grupos distintos de alunos. Também é interessante ressaltar que, por falta de conhecimento em Libras, alguns profissionais que atuam na área da Língua Inglesa, como também intérpretes enfrentam a dificuldade de comunicação, nas mais variadas situações de comunicação.

O ensino de uma língua estrangeira para alunos é sempre um desafio, envolve entendimento das coisas, conhecimento gramatical de sua língua materna e ainda, das formações de frases e tempos verbais dentre outros requisitos exigidos para se entender as regras do seu ou de outro idioma. Para o aluno surdo este desafio é ainda maior, visto que a Língua Brasileira de Sinais – Libras têm seu aspecto e formação gramatical diferente das línguas orais-auditivas. A respeito disto, Cruz, Ferreira e Vilela (2016), afirmam que:

O surdo é aquele que se identifica como pessoa surda por compreender o mundo a partir de experiências visuais. A pessoa surda utiliza a Língua de Sinais para se comunicar e a Língua Portuguesa como segunda língua, prioritariamente, na modalidade escrita. (CRUZ, FERREIRA E VILELA, 2016, p. 07).

É interessante ressaltar que a Língua de Sinais não é universal, cada país possui a sua própria língua. Outro ponto que merece atenção, está na constatação de que há variações dos sinais utilizados, de acordo com cada lugar ou região. Em muitas situações, a cultura local influencia muito nos resultados da língua, e as expressões são marcadas pelo regionalismo, isto a caracteriza ainda mais como língua viva e independente, que está em contínua evolução.

Na Libras, os sinais são movimentos específicos realizados pelas mãos, que assumem diferentes formas e dependem de um ponto ou espaço de localização, nos quais esses sinais são realizados. Assim como toda língua, a Libras também é padronizada e isso acontece através de alguns parâmetros traçados para que todos realizem e possam compreender uns aos outros.

No Brasil, o aluno surdo enfrenta várias situações de dificuldade, principalmente no que diz respeito ao direito em aprender de acordo com sua própria língua – no caso do Brasil a Libras (Língua Brasileira de Sinais). No passado, aconteceram muitas situações desagradáveis nas quais, os alunos surdos por não falar, e com isto, não pode se comunicar, eram marginalizados e segregados da sociedade. De acordo com Fernandes (2011):

Por muito tempo os surdos foram vítimas de uma concepção equivocada que vinculava a surdez à falta de inteligência, levando-os a serem marginalizados, com base na crença hegemônica de que não poderiam falar, não desenvolveriam linguagem, não poderiam pensar [...]. (FERNANDES, 2011, p. 20).

Estas situações acontecem, ora por conta da falta de acesso às informações disponibilizadas na forma de Libras, ora pela carência de profissionais habilitados para atendimento neste idioma, como também, pela falta de sensibilização (com divulgações em mídias sociais), apoio e disponibilização de cursos de Libras, por parte das autoridades competentes para o público em geral.

Ainda pode-se inserir nesta contextualização a questão preconceituosa, na forma de exclusão social, sendo o surdo continuamente afetado por atos excludentes, pela falta de acessibilidade e pela falta de conhecimento da cultura surda e das suas necessidades (principalmente nos locais públicos). Sobre isso, Albres e Oliveira (2013), afirmam que:

[...] a concepção de língua(gem) como reflexo do pensamento, contribui para a ideia de que apenas línguas de modalidade oral-auditiva eram línguas de fato, favorecendo o estabelecimento de uma educação oralista e uma política de não uso da língua de sinais. A partir desta concepção, os surdos deveriam aprender a oralizar, ou seja, expressar o pensamento por meio da fala (em língua oral de seus pais). (ALBRES E OLIVEIRA, 2013, p. 44-45).

Um dos vários desafios encontrados pelos surdos está na compreensão das regras gramaticais, tanto da Língua Inglesa (LI), quanto da Língua Portuguesa (LP), por conta de suas diferenças de significações, códigos e simbologias presentes nas várias Línguas Estrangeiras (LE), falta de Materiais Didáticos (MD) adequados e Intérpretes Educacionais (IE) que dominem a Libras.

Nesta perspectiva, entende-se que o aluno surdo possa aprender de maneira mais eficaz, a partir das modalidades escrita e de leitura da Língua Inglesa, com o auxílio de sua língua materna (Libras) como um instrumento primordial para contextualização, comparação e verificação das regras de cada língua, dentro de uma perspectiva trilingue (sendo a Língua Portuguesa de grande importância neste contexto), visto que as significações e os entendimentos dos alunos surdos devem se apresentar por meio de práticas escritas, tanto em LP, quanto em LI. Neste sentido, os autores Lacerda, Santos e Caetano (2014) alertam o seguinte:

[...] professores, em sala de aula com alunos surdos que usam Libras, reconheçam suas necessidades, e com isso não tentem se fazer entender por meio de alternativas, como a mímica. Estes futuros professores sabem que o aluno surdo possui uma língua que deve ser valorizada em sala de aula, que é fundamental o uso de recursos visuais e que o trabalho conjunto com o intérprete só tem a agregar nesse processo educacional. (LACERDA, SANTOS e CAETANO, 2014, p. 195).

Este artigo relata as observações oriundas de Estágio Supervisionado, nas aulas de LI com alunos surdos da Escola Estadual Augusto Carneiro dos Santos - EEACS, uma escola pública e regular, específica para alunos surdos na cidade de Manaus/AM. São alunos com idades entre 15 e 23 anos, das turmas do oitavo e nono ano do Ensino Fundamental, todos fluentes em Libras (Língua Brasileira de Sinais).

Um ponto que demanda atenção está na forma como o docente desenvolve suas aulas e explica sobre os conteúdos, ele utiliza a Libras e a LP? Utiliza Libras e LI? Ou aplica as três línguas para abordar determinado conteúdo e ainda, como se dá a forma de aplicar atividades ou práticas de trabalho, tanto individual, quanto em grupo?

Outro ponto não menos importante está na apresentação e utilização dos aparatos midiáticos e materiais didáticos, pretende-se observar e entender as formas de utilização e função pedagógica destes e como os discentes interagem durante as abordagens dos conteúdos de LI na sala de aula.

O uso do letramento é considerado uma ótima estratégia para ensinar aos alunos surdos, mas deve-se levar em conta o uso da Libras como sua língua principal, ou L1 e a LP como a segunda língua do surdo, ou L2. No caso da L2 é interessante ressaltar que esta é utilizada na modalidade escrita, visto que os surdos interagem e convivem dentro de uma sociedade ouvinte.

Na Educação Bilíngue, dentre as várias atribuições que lhe são peculiares, aborda sobre o respeito às diferenças linguísticas e culturais dos alunos surdos, aprendendo e assumindo a sua identidade surda apenas como diferença, e não mais como deficiência.

Em Lodi (2014, p. 166), reconhece-se nas práticas bilíngues para educação de alunos surdos, procurando entender e respeitar “[...] as particularidades e a materialidade da língua de sinais, além dos aspectos culturais a ela associados, fato que demanda metodologias de ensino pensadas a partir da Libras.”

A partir do contato com a Libras, a criança começa a entender os significados das coisas, por intermédio de sua L1, com o seu desenvolvimento, ela passa ao aprendizado da modalidade escrita de sua L2. Entende-se então que, o aluno surdo, primeiramente se apropria da L1, por meio de vários fatores, entre eles, as suas relações interpessoais nos mais variados contextos como, nos seus lares, escola onde estuda e espaços sociais entre outros.

A partir disto, ela começa a se desenvolver em L2, na modalidade escrita, ao aprender tanto os vocabulários da L1, quanto da L2, porém escrevendo apenas na L2. Desta forma tem-se um panorama geral, desde as suas lutas iniciadas décadas atrás, até suas conquistas e as mudanças que vêm acontecendo até hoje.

A Educação Bilíngue é a mais recente filosofia educacional desenvolvida no Brasil e essa concepção de educação para alunos surdos é a mais coerente, se comparada às outras tentativas que não deram certo (Oralismo e Comunicação Total), trata-se de um desejo da maioria da comunidade hoje, para que esse acesso seja garantido em todo o território brasileiro.

### **Estratégias utilizadas na educação inclusiva**

Ao verificar uma escola que trabalha com inclusão de alunos surdos, certamente veremos planos de aula e de ações que contemplem atividades voltadas para este público especial, porém, as práticas dificilmente acontecem ou inexistem. Em outras palavras, entende-se que boa parte das metodologias aplicadas no ensino de Língua Inglesa, tais como o audiolingual e a abordagem comunicativa, em nada garante aos alunos surdos e ouvintes situações de interação e trocas de experiências ou mensagens que possam proporcionar seus desenvolvimentos de forma igualitária e resultar na aquisição do conhecimento.

Durante as observações realizadas em sala de aula, foi possível perceber as diferentes estratégias utilizadas pelo professor regente e isso nos acendeu a luz para a adaptação de alguns materiais, com intuito de auxiliar o professor regente na melhoria da qualidade das aulas, de modo que, tanto o professor possa aplicar conteúdos com maior tranquilidade, quanto ao entendimento dos alunos pela nova proposta, possam ter maior facilidade aprender ao que a docente lhes transmite.

Na tentativa de listar alguns materiais didáticos em sala de aula, percebeu-se que pouco se utilizava pelo professor, isto porque a escola não tinha recurso para adquirir novos materiais e a secretaria local, pouco visitava a escola e pelo menos, há uns três anos, não disponibilizava verbas para que novos materiais didáticos fossem adquiridos.

Durante as práticas pedagógicas em sala de aula, foi possível notar a distinção de regras e suas aplicações aos alunos surdos. O professor regente, pacientemente, ao expor algum tema para estudo, por exemplo artigo, explicava primeiramente na Libras, depois em Língua Portuguesa e posteriormente, suas significações em Língua Inglesa.

Percebe-se aí o malabarismo e as práticas de diferentes estratégias do docente para ensinar o mesmo conteúdo de variadas formas, até que seu público compreendesse o que lhes eram apresentados. O professor regente sempre inicia suas aulas com abordagens sobre as rotinas dos alunos surdos e o que fizeram em determinado tempo estipulado pelo professor.

A interação é imediata, visto que há comunicação ativa entre professor e aluno sendo respondido ao mesmo tempo por todos os alunos. Então, o professor inicia a explicação sobre cada palavra e seus significados nas línguas estrangeiras (L.I e L.P), bem como as diferenças nas regras de cada uma delas.

Em determinado momento notou-se que o professor trouxe algumas frutas para a sala de aula, os alunos ficaram um tanto surpresos e felizes, porque imaginavam que iriam comê-las. O objetivo da aula era apresentar vocabulários sobre as frutas e seus nomes (substantivo), e a forma escrita nas três línguas, em seguida o docente abordou sobre adjetivos e exemplificou de modo teatral o sabor, o tamanho, forma, a cor e como usar em cominação com outros alimentos.

Ficou entendido que o mestre abordou sobre substantivo, adjetivo e os verbos (tempo presente) para ensinar aos alunos surdos as várias formas de aplicação das palavras e as mudanças gramaticais que podem sofrer em determinado contexto. Foi uma experiência maravilhosa, por conta de o professor promover a interação de todos de forma simples, de forma bem diferente das abordagens tradicionais que ainda estão em muitos contextos escolares.

Neste sentido, cabe frisar que os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) advertem que, quando necessária, sejam realizadas adaptações no currículo regular, adequando-se às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais, que seja um currículo dinâmico, que contemple as diferenças e a diversidade presente na maioria das escolas (públicas ou particulares) proporcionando aos educandos possibilidades de desenvolvimento de forma igualitária, junto aos demais colegas de sala. Assim, é possível criar ambiente de estudo saudável, participativo e respeitoso, rico em trocas de experiências, descoberta de novos significados e oportunidades educacionais com resultados significativos e concretos para a formação do cidadão de bem.

Por este motivo, é importante que os envolvidos nas preparações dos currículos conheçam e distingam as realidades dos alunos surdos, os marcos históricos e culturais da sua língua. Sem dúvidas, isto ajuda o aluno a compreender as coisas, por meio de comparação com o seu próprio contexto, sua realidade e poder analisá-la criticamente. Dentro desta contextualização, surge a BNCC (BRASIL, 2017) levantando a bandeira do ensino de LE,

como forma de contribuição no processo de formação e aquisição do conhecimento, propiciando ao discente uma visão crítica, despertando neste o autoconhecimento, por conta das interações, trocas de informações e da comparação com o outro, desta forma, novos entendimentos são conquistados, como também, novas competências específicas para língua inglesa:

Identificar o lugar de si e o do outro em um mundo plurilíngue e multicultural, refletindo, criticamente, sobre como a aprendizagem da língua inglesa contribui para a inserção dos sujeitos no mundo globalizado, inclusive no que concerne ao mundo do trabalho. Identificar similaridades e diferenças entre a língua inglesa e a língua materna/outras línguas, articulando-as a aspectos sociais, culturais e identitários, em uma relação intrínseca entre língua, cultura e identidade. (BRASIL, 2017, p. 202).

Sabe-se que boa parte ou quase todos os materiais elaborados para o ensino de Língua Inglesa são produzidos para alunos ouvintes, há uma enorme necessidade de utilizar materiais específicos para os alunos surdos. Neste sentido, o ensino em LI é um bom exemplo, levemos em conta a abordagem sobre os conteúdos que exigem interação nas quatro habilidades de uma LE: falada (speaking), juntamente com a prática da audição (listening), leitura (reading) e escrita (writing). Para alunos ouvintes seria normal sua desenvoltura e participação nas atividades em sala, porém, para o aluno surdo, estas interações não seriam possíveis de se executar da mesma forma que os ouvintes.

Por não ouvir, a prática da fala fica prejudicada (lembrando que o surdo não tem problema nas cordas vocais, apenas não fala, por conta da impossibilidade de ouvir). Por isso a necessidade de materiais apropriados se faz presentes e urgentes na educação de surdos. Estes materiais devem contemplar as características dos surdos, dentre elas, a percepção visual e gestual, que contribuam com o entendimento e conseqüentemente, apreensão do conhecimento que é apresentado pelo docente de LI.

O professor, ao se deparar com estas situações mais específicas, deve ter a sensibilidade para abordar de forma acessível os conteúdos aos seus alunos, isto implica em ser capaz de criar, adaptar, readaptar, pesquisar novas possibilidades, se autoanalisar para pensar na própria prática, observar o que funciona e o que não funciona para tirar o que de melhor se ajusta às realidades destes educandos. Procurar desenvolver novas estratégias também é de grande importância, visto que nem todos têm o mesmo desempenho. O que deve ser levado sempre em consideração é, a melhoria no desempenho do seu público, aproveitando ao máximo de aproveitamento pelos aprendizes.

Ao aplicar estes requisitos, muitas questões tornam-se esclarecidas e acredita-se que, tanto os professores bilíngues, quanto os instrutores e intérpretes de Libras, devem assumir as suas posições reflexivas em suas práticas profissionais dentro da educação bilíngue. Não se trata apenas da transmissão do que o professor fala, mas da possibilidade de se colocar no lugar do surdo e ser sensível aos anseios deles. Por isso, um profissional reflexivo deve:

O professor reflexivo [ou também, em nosso caso, instrutor e intérprete de Libras] apoia-se num pensamento ciente da prática, a qual mostra o homem como um ser criativo, com capacidade de poder construir ou reconstruir sua prática, agindo de modo inteligente e maleável, situado e reativo. (FERREIRA, 2016, p. 21).

Ao longo dos anos, a LI vem sendo aplicada nas grades curriculares de muitas instituições de ensino (públicas ou particulares), trata-se de questões políticas e econômicas, fazendo-se presente em diversos contextos. Como exemplo destes contextos, pode-se citar os shoppings, ciberespaço, escolas particulares ou públicas, local de trabalho ou instituições de ensino superior.

É fato que a LI é acessada por variados públicos, estes se diferenciam em crianças, jovens, adultos ou idosos, como também, ouvintes ou surdos, no entanto, para o público surdo acontecem várias dificuldades neste acesso, e isso exige discussões e reflexões acerca disto, de como utilizar, entender e se manifestar, através da LI.

Aprender uma língua, sendo o canal de comunicação totalmente diferente de sua língua materna é algo dificultoso e que causa estranhamento ao aprendiz. Sua acessibilidade é um desafio, por conta da falta de prática ou experiência em seu uso.

No caso do público surdo, este acesso torna-se dificultoso, por conta de várias situações que impedem o acesso correto à LI, por exemplo, uso excessivo nas habilidades faladas, prática de audição, profissionais sem o devido conhecimento da Libras, falta de intérpretes e os materiais didáticos que sempre são produzidos para o público surdo.

A escola, em geral, está presa no texto didático como caminho único para a apresentação de conceitos, e este caminho tem se mostrado pouco produtivo quando se pensa na presença de alunos surdos em sala de aula. Um segmento de filme, por exemplo, sobre o transporte de escravos africanos para o Brasil pelos portugueses, pode favorecer a compreensão de uma série de elementos sociais, da natureza, políticos, econômicos, entre outros [...], criando condições para uma discussão ampla e para a aprendizagem. (LACERDA; SANTOS; CAETANO, 2014, p.188).

Ainda há a necessidade de elaboração de materiais adequados, com foco no visual (com imagens, vídeos e figuras que sejam associadas aos vocabulários ou frases escritas), na Libras e ainda, profissionais que saibam a Libras (professor de inglês e intérprete de Libras). Tanto o professor, quanto o intérprete devem se organizar e elaborar juntos as melhores estratégias de ensino para seus alunos surdos. Sob esta ótica, objetiva-se defender não somente o ensino de LI aos surdos, mas da possibilidade de criar junto a eles, meios de inclusão social, com a criação de materiais didáticos e inclusão de novos significados, por meio de diálogos com estes educandos. Sobre isso:

A presença do intérprete em sala de aula e o uso da língua de sinais não garantem que as condições específicas da surdez sejam contempladas e respeitadas nas atividades pedagógicas. Se a escola não atentar para a metodologia utilizada e currículo proposto, as práticas acadêmicas podem ser bastante inacessíveis ao aluno surdo, apesar da presença do intérprete. (LACERDA; POLETTI *apud* LACERDA, SANTOS E CAETANO, 2014, p.196).

Contudo, é um equívoco pensar que a simples interpretação de conteúdo do português para a Libras e inglês ou do inglês para a Libras ou para o português asseguram por si só o sucesso no processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos. Primeiramente porque apenas inserir os alunos surdos no espaço escolar dos ouvintes, sem lhes abordar as regras de cada língua envolvida nesta atividade, explicando os significados dos vocabulários e a gramática destas, não permite o acesso aos recursos que poderiam facilitar o seu aprendizado. Em outras palavras, não significa uma inclusão apropriada, muito pelo contrário, torna-se mais uma aula sem a devida preocupação com a qualidade do ensino e

sem o foco principal que é o aprendizado em uma língua estrangeira e a compreensão de suas regras gramaticais.

Atualmente a área educacional enfrenta muitos problemas, são desafios diários que professores, pedagogos, gestores e alunos enfrentam para que esta atividade seja contínua e de qualidade. Apesar de se ter políticas públicas voltadas para a educação, percebe-se que é necessária revisão com ajustes e correções para que se possa suprir as várias e diversificadas necessidades apresentadas.

Na área da educação especial não é diferente, muitas das escolas específicas para atendimento nas especialidades de alunos diferenciados ainda não se encontram preparadas para receber esses estudantes, principalmente no que diz respeito ao ensino de uma língua estrangeira. É interessante ressaltar que dentre as legislações vigentes sobre o ensino nas escolas públicas estaduais, tem-se a LDB (BRASIL, 1996), promulgada em 1996, cuja 5ª edição foi publicada em 2010, dispor a Seção I, Art. 26, descrevendo:

§ 5o Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição. (BRASIL, 2010, p. 24).

Muitas das vezes nestas instituições de ensino, há a falta de profissionais habilitados ou especializados para atendimento em determinada necessidade do educando, há a falta de materiais didáticos específicos, como também equipamentos ou estruturas prediais adequadas dentre outros. Percebe-se que a realidade educacional não atende às necessidades educacionais das pessoas com deficiência, mais especificamente, dos alunos surdos. Na verdade, há outros obstáculos para o ensino de LE, atribuídos ao valor depreciativo que se tem em relação a esta disciplina, para a formação do aluno, conforme trecho dos PCNs-LE (BRASIL, 1998), apresentado abaixo:

A primeira observação a ser feita é que o ensino de Língua Estrangeira não é visto como elemento importante na formação do aluno, como um direito que lhe deve ser assegurado. Ao contrário, frequentemente, essa disciplina não tem lugar privilegiado no currículo, sendo ministrada, em algumas regiões, em apenas uma ou duas séries do ensino fundamental. Em outras, tem o status de simples atividade, sem caráter de promoção ou reprovação. Em alguns estados, ainda, a Língua Estrangeira é colocada fora da grade curricular, em Centros de Línguas, fora do horário regular e fora da escola. Fora, portanto, do contexto da educação global do aluno. (BRASIL, 1998, p. 24).

A utilização da língua de sinais em sala de aula favorece o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno surdo. Ao poder expressar-se em sua língua natural e interagir com seus colegas e professor é de vital importância para que este aluno surdo possa sentir-se incluído na escola. Esta interação e compartilhamento de experiências através da língua de sinais ajudam o surdo na aquisição do conhecimento.

Entender o histórico de estudos e pesquisas, conhecendo a trajetória e, sobretudo, erros e acertos de práticas impostas é uma forma de reconhecer o seu fracasso ou de garantir a evolução do ensino. As propostas de educação para surdos no Brasil, ao longo dos anos, sofreram diversas modificações, sendo o tema relacionado à educação inclusiva polêmico,

principalmente se forem consideradas as questões culturais, históricas, educativas e linguísticas dos surdos.

É interessante ressaltar a necessidade de se analisar, criticar com qual concepção nos deparamos nas escolas de hoje, de onde vêm práticas que são historicamente replicadas nas salas de aula e buscar implementar as possíveis mudanças que podem ser efetivadas, não em curto prazo, mas a partir do médio, com abordagens e exemplificações e promoção de debates ou experimentações entre os alunos surdos.

O ensino de inglês em uma perspectiva de letramento para alunos surdos, justifica-se por conta da carência de estudos e pesquisas nesta área. Percebe-se que muitos destas pesquisas são trabalhos no campo da alfabetização de crianças ouvintes, com poucas produções sobre alfabetização ou letramento de educandos surdos, como também, o entendimento sobre quais os caminhos percorridos pelo sujeito surdo neste processo.

A prática da concepção tradicionalista sempre esteve presente nas abordagens sobre letramento nos espaços educacionais, e de lá para cá, pouco ou quase nada foi elaborado especificamente para o aluno surdo e isto se reflete nos atendimentos em hospitais, delegacias, aeroportos, supermercados, taxi, transporte coletivo e é claro, nas escolas.

Há sim a falta de implementação de políticas voltadas para as pessoas especiais, em algumas regiões até que se aplicam, mas na grande maioria não se vê tal “acessibilidade” ou “direitos iguais a todos” que tanto vemos nas divulgações nas mídias e outros meios de comunicação.

## **METODOLOGIA**

Este artigo tem como base, pesquisas bibliográficas (GIL, 2010), as quais foram realizadas nas obras citadas no item anterior (referencial teórico), que são compostas de artigos; dissertações de mestrado, teses de doutorado e publicações científicas a respeito do tema proposto, onde podemos destacar os autores: Campello (2008) – “Aspectos da Visualidade na Educação de Surdos” (Tese de Doutorado, 2008) e “Pedagogia Visual na Educação de Surdos-Mudos” (2007), além de Ronice Müller de Quadros – Estudos Surdos I, II e III, de 2006, 2007 e 2008, respectivamente, dentre outros.

Sendo assim, foi feita uma análise das obras para evidenciar dos conceitos, bem como, do alinhamento tanto do objetivo geral, quanto dos objetivos específicos deste artigo. Pesquisar obras antigas e atuais, além de outras possíveis fontes de pesquisa, até se chegar naquelas que trabalham de maneira específica acerca da pedagogia visual.

Desta forma, pode-se ter a noção a respeito de como se dá o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, uma vez que a revisão literária promove essa amplitude de conhecimento, oriundos de fontes diversas, porém que sejam confiáveis, e ainda, perceber como os métodos e os objetivos podem ser expostos aos alunos da melhor maneira possível, a fim de que a partir das suas interações, obter as respostas deles no decorrer do processo educacional.

Outro ponto relevante pesquisado diz respeito a maneira de como deve ser a postura do professor em seu relacionamento com o educando no contexto escolar, procurando evidenciar quais as diferenças nos enunciados aplicados para o atendimento de um aluno, para aqueles que são aplicados a mais de um aluno.

Com isto, o artigo foi finalizado, apresentando uma visão do que foi analisado e procurando ajudar na melhoria da comunicação entre todos os envolvidos no processo de ensino da escola referência no atendimento dos alunos surdos na cidade de Manaus.

## ANÁLISE

Diante de alguns impasses no meio educacional e social, devido à ausência de políticas públicas com maior seriedade e comprometimento, aliados a uma estrutura educacional deficitária e inoperante, além de outros motivos, torna-se quase utópico a questão da inclusão de alunos surdos.

Nesse contexto, a escola é o espaço de convivência e aprendizado em que as diferenças surgem naturalmente, conforme Feltrin (2011, p. 18), desta forma, de acordo com Brasil (1996, p. 32), “cabe à escola assegurar aos alunos com necessidades educacionais especiais currículos, métodos, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades”, compreende-se Feltrin (2011) alicerça seu pensamento embasado nas diretrizes contidas na LDB e que buscam proporcionar, ou melhor, fazer da escola um ambiente mais propício para convivência harmônica.

Segundo elucidam Fernandes (2011) e Mattos (2014), o aluno que tem algum tipo de necessidade especial, possui apenas uma diferença, seja ela física, cognitiva ou mental e que através do olhar observador e cuidadoso do professor, inicia-se a prática pedagógica, para atender tal especificidade.

Desta maneira, com o amparo legal, a escola pode promover certo conforto para o aluno, em seu ambiente escolar, principalmente na sala de aula, pois se entende que o aluno surdo deve se sentir confortável e seguro, uma vez que ele é possuidor de uma rotina especial e específica em muitos e variados quesitos. Através da sensação de conforto e segurança, o aluno, poderá ter grandes progressos, tais quais, os de adaptação ao meio social e comunicação.

Portanto, para Tavares (2010) e Lopes (2016), os educadores, assim como os educandos e familiares, necessitam de se manterem sempre informados no que diz respeito ao processo de inclusão, uma vez que se é preciso considerar, atribuir, ponderar, recriar histórias diferentes, para que desta forma, se possam vencer as barreiras supracitadas, pois se entende que a vida de um surdo, não é fácil, é preciso ponderar bastante, no intuito de tentar suprir suas necessidades em um ambiente escolar, pois tal preparo e aprimoramento, consistem em etapas fundamentais no que diz respeito ao processo de inclusão.

Muitas das vezes, não se consegue atender em sua totalidade as necessidades oriundas das diferenças, o caminho é longo, tem certos momentos em que o resultado não vem de imediato, porém paciência e amor, atividades diferenciadas, irão ajudar muito a criança e/ou o jovem surdo, mesmo com todas as suas limitações, este pensamento não é só imperioso, como também encontra respaldo legal, de acordo com Brasil (1996):

A LDB nº 9.394/1996 está ligada em atender e apoiar, principalmente quando se trata de educação especial. Quando a escola é inclusiva, devemos nos certificar em atendimento. A escola precisa se encher de informações, principalmente para tentar dar suporte ao aluno de inclusão. O ambiente escolar requer muitas vezes, atenção para interação (BRASIL, 1996).

No entender de Santos (2014, p. 24), esse procedimento atesta que o quadro avaliativo em relação ao atendimento a inclusão escolar, se deve a descrição, principalmente quando se está passando por experiências relacionadas à convivência social, atuando com aluno surdo, possibilitando a ele a aceitação de suas diferenças e as dos outros alunos.

Para Feltrin (2011), o processo de educação escolar do aluno surdo demonstra e ampara as necessidades de inclusão, buscando encontrar as estratégias, que tenham a finalidade de trazer o aluno com deficiência auditiva para o convívio com os demais alunos, porém sempre respeitando seu momento e suas emoções.

Compreende Albres e Oliveira (2013, p. 83), que na inclusão o mais importante muitas das vezes, é demonstrar mais por atitudes do que por palavras, o quanto é gratificante, mesmo com tantas diversidades e diferenças, ter um aluno em processo de inclusão. Uma vez que ao realizar tal ação, o educador se sente feliz em virtude de atingir o objetivo proposto e verificar que as práticas pedagógicas podem ser consolidadas com êxito, através do resultado obtido na prática.

O conhecimento a respeito das leis que amparam a inclusão possibilita ao professor o entendimento dos aspectos reais que fazem alusão à educação inclusiva, uma dessas possibilidades é a de se criar sentimentos e relações saudáveis e duradouras com os alunos surdos.

Desta forma, não se deve levar sentimentos negativos para o ambiente escolar do aluno, e sempre se deve demonstrar sentimentos bons e que possibilitem maior afinidade para realização da inclusão do aluno, mesmo diante dos desafios e diferenças apresentados no transcorrer do relacionamento, assim, com tais atitudes encontrarão juntos o crescimento pessoal, profissional e se tornar um ser humano cada vez melhor.

Assim sendo, conhecer, se capacitar e estar em constante aprendizado, em relação as práticas pedagógicas, as legislações vigentes e demais conteúdos que estejam relacionados, diretamente, ao ensino e a prática de inclusão dos alunos com deficiência auditiva, são ações relevantes a serem tomadas por parte dos profissionais de educação, especialmente dos professores que trabalham com este determinado público.

Segundo a orientação contida nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1998), no que diz respeito a Educação Inclusiva (BRASIL, 1998), revela que o aluno surdo, em ambiente escolar, poderá surpreender o professor de maneira positiva, nas suas diferenças, os afazeres e saberes são de suma importância, pois ele gradativamente vai interagir com as atividades sugeridas a ele, mediante os atributos do professor.

Em sala de aula, sempre é importante lembrar que o respeito, o carinho e o amor, sempre irão ajudar no atendimento das necessidades de um aluno com surdez em seu ambiente escolar, pois o aluno que está em processo de inclusão, deve ser instigado, incentivado, diante dos trabalhos e atividades realizados pelo professor na escola.

Ao descrever a necessidade de inclusão, o trabalho pedagógico deve ser também objeto destaque perante a sociedade. A compreensão muitas vezes requer ensinar o aluno com deficiência, de forma individualmente, porém observar os fatores limitadores do referido aluno, nos fazeres pedagógicos, avaliar os esforços enfim, concentrar-se em tentar adequar o aluno em suas necessidades, isso ocasionará sua inclusão.

Conforme Campello (2008, p. 32), “as mães dos deficientes não são especialistas e, quase sempre, cuidam deles muito bem”. Contudo, mesmo diante da afirmativa da autora, vale lembrar que é necessária que o professor esteja atento ao que pode fazer para contribuir para o desenvolvimento desses alunos, por isso, a importância de estarem atualizadas acerca de obras, artigos, revistas que abordam a questão da inclusão, onde muitos deles são tão taxativos no que diz respeito à união de forças (família e educadores) para o desenvolvimento do aluno.

Continuando a refletir no que diz a autora, para atender as necessidades dos alunos, os professores devem estar preparados, cabendo ao profissional, buscar os conhecimentos e conteúdo específicos, para atuarem juntas, através das práticas pedagógicas com vistas ao desenvolvimento, não se limitando apenas nos seus conteúdos diários.

Neste aspecto, Lodi (2014) ratifica que o profissional qualificado irá conhecer melhor a peculiaridade dos seus alunos de inclusão, através de sua busca e pesquisa, deverão ficar sempre atento as reais necessidades de “seu público especial”. Contudo, poderá conhecer as novas práticas pedagógicas, para o seu aprimoramento em relação à inclusão dos alunos.

O profissional de educação pode e deve sempre buscar os conhecimentos específicos, para que não haja desinformação e nem ausência de sensibilidade em relação à inclusão, sua dedicação como profissional é essencial para a criança e/ou jovem, isso proporcionará situações de oportunidades e crescimento, para o bem-estar do aluno em seu ambiente escolar.

Porém, muitas famílias que ainda não tem acesso ao conhecimento das leis que abordam sobre a inclusão recorrem a informalidades para que seus filhos tenham a sua formação e construção de conhecimento, é nesse contexto que esta seção tem sua maior relevância, e o porquê de ela vir em primeiro.

A pessoa com necessidades educacionais especiais precisa ter uma relação, ou melhor, um processo de aceitação um pelo outro, o papel do professor é promover a realização de atividades comuns como: participar, interagir e o brincar. Essas são uma das concepções para a normalidade de uma deficiência de inclusão e que se fazem um amplo campo de pesquisa e estudo na atualidade.

Entende-se que uma boa aula exige currículo bem estruturado, com planos de aula que contemplem as propostas descritas com atendimento às normas e legislações pertinentes ao ensino. A utilização de uma boa estratégia educacional para os alunos é essencial em qualquer instituição de ensino, isto requer planejamento, pesquisas e atendimento ao aluno nas atividades pedagógicas.

Neste sentido, as escolas públicas de Ensino Fundamental, mais especificamente na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas, aliam o conhecimento à aquisição de competências, preparando o aluno para o exercício da cidadania, subsidiando e fomentando sua formação básica para o trabalho e para a sociedade à luz da LDB (BRASIL, 1996) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1998) para o Ensino Fundamental.

A escola é o espaço de grande relevância, no qual se estruturam as bases sólidas da educação, ainda mais quando a referida instituição desempenha papel de extrema importância para sociedade, no que diz respeito à inclusão. Muitos são os casos, dilemas, barreiras, desafios e discussões, para que a inclusão deixe ser uma utopia e passe a ser uma realidade cada vez mais presente nas organizações de ensino.

Conforme Lopes (2016, p. 27) “a escola quando tem realmente, entre seu corpo docente e administrativo, o real comprometimento e a responsabilidade em seu cerne, assume nobre missão perante o aluno e os seus familiares”, no entendimento de Lopes, quando o aluno apresenta algum tipo de dificuldade para aprender, ou até mesmo alguma necessidade de cuidados especiais, cabe a escola disponibilizar todo esforço possível para assegurar a ele o aprendizado.

Conhecer e estudar a fundo as causas e características de determinada necessidade especial de um aluno, faz grande diferença em sala de aula, uma vez que o profissional preparado e consciente pode desenvolver atividades específicas, além de perceber qual a real necessidade de seu educando, buscando assim, o aprimoramento e desenvolvimento intelecto moral de seus alunos, segundo afirma Cruz, Ferreira e Vilela (2016, p. 42).

Um aluno com deficiência auditiva segundo elucida Lopes (2016, p. 33) possui amplas condições de aprendizado, pois que aprendizagem é uma das principais características presentes no ser humano, porém, para que ele consiga captar e absorver tal aprendizado, se faz necessário tomar algumas medidas por parte do educador, e uma das mais importantes é o preparo para lidar com tal situação.

Percebe-se que, na visão de Strobel (2008, p. 72), o trabalho a ser desenvolvido pelos profissionais da educação, vai além da sala de aula, uma vez que deve envolver toda a família do educando, além de estudar seus comportamentos, sua rotina, seus valores, a fim de tornar possível a inclusão dele.

Assim, a escola passa a ter papel de maior relevância perante a sociedade, desde o momento em que passa atender as necessidades do aluno surdo, e começa a conviver com ele, com a sua real situação, de que forma ele vive, como ele aprende, o que ele gosta, o seu limite, o que lhe irrita, como trabalhar suas emoções etc., segundo (PERLIN, 1998):

A formação dos professores é fundamental em atender as necessidades dos alunos deficientes auditivos principalmente em sala de aula. O professor deve abranger novos conhecimentos, para sua atualização e conhecimento. Por falta de informações, muitas vezes, a criança com problemas relacionados a audição, pode ser vítima ideal de atos truculentos. (PERLIN, 1998, p. 12).

Para Quadros (2006, p. 67), cabe ao profissional qualificado, conhecer melhor a peculiaridade dos seus alunos com dificuldades de aprendizagem, especificamente os surdos, através de sua busca e pesquisa, deverão ficar sempre atentos às alterações de comportamentos. Contudo, deve sempre buscar o conhecimento das novas práticas pedagógicas, para que desta forma, o seu trabalho seja realizado de maneira satisfatória e com eficiência.

Outro aspecto meritório de ser citado consiste acerca do processo de inclusão diz respeito no reforço à ação na sala de aula e que na melhor das hipóteses deve haver o cuidado com a inclusão, jamais se esquecendo do comportamento e a presença do aluno deficiente auditivo e suas limitações.

Incluir nessa concepção reduz o preconceito e ajuda a trazer para dentro da escola sem questionar sua deficiência, dando ênfase ao processo de inclusão devendo-se expressar sentimentos no lugar do outro, reconhecendo e valorizando as diferenças.

Neste aspecto, Vitaliano (2010, p. 103) informa da importância de se preparar antecipadamente a atividade de aprendizagem, organizada de acordo com a rotina o professor ele poderá prever certas situações conflituosas, além de entender e conhecer melhor as habilidades do aluno com deficiência auditiva, com isso e de forma mais preparada poderá ajudar na assimilação a ser trabalhada dentro dos limites do educando.

Dessa forma, conforme Strobel (2008, p. 32) o educador tenta adaptar o ambiente para as atividades favorecendo aos alunos um amplo aprendizado, pois é necessário serem estimuladas às habilidades do surdo e isto é uma forma de inclusão, não deixando de ser uma tarefa específica e uma excelente atividade trabalhada no ambiente escolar.

Outra característica que merece ser apreciada nessa dissertação é das atividades, as quais podem começar de forma muito simples, com poucas ações envolvidas e que podem se tornar mais complexas, podendo ser continuada com ações motoras construídas através do uso de matérias recicladas, onde os movimentos que a criança realiza devem ser observados e assimilados com criteriosa atenção, para a eficácia de tal tarefa assim, estimulando sua coordenação motora.

As atividades visuais, por exemplo: leitura em grupo, leitura dinâmica, declamação de poesias etc. são de suma importância para adequar à adaptabilidade desses alunos na era da inclusão, trazendo recursos que estimulem de forma específica, realizando tarefas manipuláveis, onde se tenha melhor desempenho desses alunos.

Vale salientar, que Quadros (2008, p. 99), chama a atenção do educador, no sentido de que a maioria das crianças com deficiência auditiva se deve a elas a atenção sempre que possível compartilhada se faz importante os experimentos, as experiências, pois a superação, valorização, a compreensão sempre irá contribuir com ações em que vão ajudar na inclusão dos alunos, proporcionando aos mesmos um ambiente escolar mais acolhedor e seguro.

Mesmo diante das dificuldades, as atenções, os olhares observadores do professor atento, sempre irão sustentar inovar e tentar cada vez mais, desenvolver a capacidade do aluno surdo em sua inclusão, porque a cada dia será sempre uma nova tentativa para o estado de atenção que se manifestará na sensibilidade do aluno.

Uma reflexão que se deve fazer ao estar envolvido no processo de inclusão é que se pode mostrar aos alunos surdos, que a escola não é uma corrida para ver quem chega primeiro, mas sim, uma oportunidade de se desenvolver embora em tempos e modos diferentes em que a inclusão se apresenta, uma vez que não se pode pensar em inclusão escolar, sem pensar em ambiente exclusivo e preparado, que ofereça sempre recursos pedagógicos adequados, também pelas qualidades humanas apresentadas diante de um espaço atraente e adequando para o aprendizado.

De acordo com Rocha, Braga e Caldas (2015) as condições essenciais para a construção de um ambiente adequado e propício à inclusão, inicia-se pelo conhecimento das normas curriculares presentes nos alicerces da instituição de ensino, com amparo das Leis, aos quais foram discriminadas na seção anterior.

Vale ressaltar, que através das palavras da referida autora, pode-se entender que a inclusão se inicia quando o aluno é aceito pela instituição de ensino, porém é fundamental realizar um trabalho contínuo e de qualidade para que ele possa permanecer na escola, desta forma, tendo inúmeras oportunidades para ampliar seu aprendizado.

No que diz respeito às questões relacionadas ao preparo dos profissionais da educação o sistema educacional de ensino tem tratado o assunto com medidas importantes, através da contratação de apoiadores, financiando cursos de especialização, salas de reforço etc.

Segundo Cruz, Ferreira e Vilela (2016) defendem a ideia que o profissional qualificado irá conhecer melhor a peculiaridade dos seus alunos de inclusão, através de sua busca e pesquisa, deverá ficar sempre atento as suas reais necessidades. O professor pode buscar sempre aprimorar os seus conhecimentos, para que não haja desinformação na questão da inclusão, sua dedicação como profissional é essencial para o sucesso da prática pedagógica.

Conforme Lopes (2016, p. 71), entende-se que a construção de laços afetivos de caráter duradouro e seguro possibilita aos envolvidos no processo de inclusão, maior entendimento e conhecimento do assunto. Interessante lembrar que o procedimento acima citado, auxilia consideravelmente no processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Feltrin (2011):

Até agora, os sistemas de ensino têm lidado com a questão por meio de medidas facilitadoras, como cuidadores, professoras de reforço e salas de aceleração, que não resolvem, muito menos atendem o desafio da inclusão. Pois qualificar uma escola para receber todas as crianças implica medidas de outra natureza, que visam reestruturar o ensino e suas práticas usuais e excludentes. Na inclusão, não é a criança que se adapta à escola, mas a escola que para recebê-la deve se transformar. (FELTRIN, 2011, p. 45).

Este pensamento de Feltrin (2011), possibilita fazer um elo entre tudo que até o presente momento foi abordado nesta seção, juntamente com os apontamentos anteriormente discriminados. Deixa claro que ao se falar em inclusão, são as instituições educacionais que devem buscar a adaptação e promover todos os meios possíveis para a realização da inclusão e não o contrário.

Assim, ao ver um determinado aluno isolado, cabem ao profissional preparado buscar os recursos, os meios possíveis para incluir o educando ao convívio social no ambiente escolar.

Nesse aspecto a sensibilidade, que é uma das características apontadas nesse estudo e que fora citada anteriormente, se mostra de suma importância no contexto inclusivo, pois ao perceber o comportamento e as emoções de seus alunos, o profissional preparado sempre encontrará a oportunidade certa para realizar um excelente trabalho, de acordo com Quadros (2006, p. 21), “é necessário um plano de ensino que respeite a capacidade de cada aluno e que proponha atividades diversificadas para todos e considere o conhecimento que cada aluno traz para a escola”, assim as características peculiares ao aluno autista serão sempre respeitadas.

Na inclusão é muito importante, saber que o objetivo deve ser alcançado e entendido, e que ele se pode conquistar de várias formas, começando pela observação na rotina em seu ambiente escolar, conforme elucida Quadros (2008, p. 33). O aluno com qualquer tipo de deficiência, quando está no ambiente escolar irá demonstrar suas dificuldades de aprendizagem ao decorrer de sua trajetória na escola, o professor certamente vai perceber, uma vez que não se deve rotular, pois a convivência traz experiências e reconhecimentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa interação com o mundo em que vivemos, quer seja ela harmônica ou quer não, sempre foi determinada pela existência de valores pessoais, nesse ínterim buscamos efetivar tais valores criando e expressando conceitos éticos e morais, logo após estes constantes processos surgem diversas correntes filosóficas no qual todas visam definir um roteiro e/ou uma orientação segura para conduzir a humanidade a encontrar a sua própria felicidade.

Esta ideia que formamos ao longo da elaboração deste artigo, permitiu que abrissemos horizontes para um novo entendimento de tais conceitos, antes visto por nós com certo receio, especificamente em relação às situações conflituosas que envolvem as questões da inclusão de crianças e jovens com deficiência auditiva nas escolas regulares e públicas no estado do Amazonas.

Até agora, os sistemas de ensino têm lidado com a questão por meio de medidas facilitadoras, como cuidadores, professoras de reforço e salas de aceleração, que não resolvem, muito menos atendem o desafio da inclusão. Pois qualificar uma escola para receber todas as crianças implica medidas de outra natureza, que visam reestruturar o ensino e suas práticas usuais e excludentes. Na inclusão, não é a criança que se adapta à escola, mas a escola que para recebê-la deve se transformar.

Ao longo dos anos, através dos avanços tecnológicos e das relações sociais, a maneira de se comunicar mudou consideravelmente, adquirindo maior velocidade, variados meios e mais dinamismo na forma de levar a informação. Ao comunicar-se, o ser humano, apropriase do seu mundo, compartilha seus conhecimentos adquiridos, aprende e ensina num processo de fluxo contínuo.

A maneira como a comunicação vai se modificando através das novas tecnologias, vai alterando comportamentos sociais que, por sua vez, vão influenciando o contexto

educacional, uma vez que os sujeitos inseridos nesse viés são os mesmos que adentram as dependências das escolas.

O processo de ensino nas instituições que recebem crianças surdas tem grandes desafios a serem vencidos, uma vez que o sistema escolar não pode oferecer as mesmas condições de práticas pedagógicas de alfabetização para alunos ouvintes e surdos, já que não falam a mesma língua. Em Manaus, tanto nas escolas públicas, quanto nos particulares, deve-se levar em consideração que, para os alunos surdos.

A prática da educação especial vem ganhando notoriedade nos últimos anos e isto é percebido na versão inclusiva, espalhada nas várias escolas regulares que adotaram esta atividade, principalmente quando envolve alunos surdos. Há sempre eventos com profissionais ou representantes das comunidades surdas nas mídias, divulgando algo a respeito.

Ao pesquisar sobre o assunto, notou-se que a realidade é bem distinta do que muito se mostra à sociedade. Percebe-se um grande abismo entre o que se divulga em relação à inclusão ou ensino especializado para os surdos e a prática utilizada no dia a dia destas instituições. Constatou-se a necessidade de profissionais habilitados para desempenhar suas funções junto ao público surdo, como também materiais específicos a eles, uma vez que os materiais didáticos para ensino são direcionados em sua grande maioria ao público ouvinte.

Em outras situações, o discurso inclusivo é totalmente deixado de lado pela falta de empatia e sensibilidade para com o aluno surdo. Este percebe os olhares de colegas ou outros para com eles, do preconceito ao enxergar as pessoas especiais como incapazes, impotentes, com limitações e restrições, sendo isto um fator determinante para que eles possam ter uma vida socialmente participativa.

A educação de surdos é algo muito além de gestos ou sinalizações, é complexa e exige dos profissionais da educação dedicação, respeito e comprometimento. A realidade no ensino de alunos surdos nestas instituições de ensino é totalmente inadequada (LACERDA, 2006) por conta da falta de didática, mídias ou metodologias visuais, que envolvam imagens ou figuras e ainda vídeos, contemplados em uma pedagogia bilíngue, que prioriza as características e as percepções destes, de acordo com seu modo de ver e aprender, bem diferente dos praticados aos alunos ouvintes.

Nesta perspectiva, é fundamental o conhecimento do professor na língua do aluno surdo (Libras), como também, das propostas que envolvem uma pedagogia visual. Neste sentido, a elaboração de um currículo que contemple os conteúdos e sua prática, aplicadas a diferentes disciplinas como, as estratégias para ensino e, uma pedagogia crítica voltada para a cultura visual (uso de imagens, o lúdico, vídeos e uso de língua de sinais), que possa contribuir para o estudo e investigação do ensino.

## REFERÊNCIAS

ALBRES, N. A.; OLIVEIRA, S. R. N. Concepções De Linguagem e Seus Efeitos Nas Comunidades Surdas. In: ALBRES, N. A.; NEVES, S. L. G. (Orgs.) Libras em estudo: política linguística. São Paulo: FENEIS, 169. 170 p. 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 16 mai. 2022.

\_\_\_\_\_. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação

- nacional. – 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>. Acesso em 16 mai. 2022.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/doc/bncc.pdf>. Acesso em 16 mai. 2022.
- CAMPELLO, A. R. e S. Aspectos da Visualidade na Educação de Surdos. Tese (doutorado), 2008.
- CAMPELLO, A. R. e S. Pedagogia visual na educação de surdos-mudos. capítulo dos volumes da Editora Arara Azul, 2007.
- CRUZ, R. C. V.; FERREIRA, V. A. S.; VILELA, M. A. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais/língua portuguesa (TILSP). Cartilha Técnica. Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Triângulo Mineiro. 2016.
- FELTRIN, Antônio Efro. Inclusão social na escola: quando a pedagogia se encontra com a diferença. São Paulo: Paulinas, 2011.
- FERNANDES, S. Educação de Surdos. 2ª Ed. Curitiba: Ibpx, 2011.
- FERREIRA, F. M. R. Formação docente: concepções sobre o contexto bilíngue de ensino para surdos. Lavras: UFLA, 2016. 135p Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal de Lavras, 2016.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L.F.; CAETANO, J. F. Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos. In: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L.F. (Orgs.) Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Carlos: EDUFSCar, 2014.
- LACERDA, C. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. Cad. CEDES 26 (69). Ago, 2006. Disponível pelo link: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KWGSm9HbzsYT537RWBNBcFc/?lang=pt>. Acesso em 04 de jul de 2022.
- LODI, A. C. B. Ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para surdos: impacto na educação básica. In: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L.F. (Orgs.) Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Carlos: EDUFSCar, 2014.
- LOPES, Maura Corcini. Inclusão e Educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- MATTOS, A. M. A. Novos Letramentos: perspectivas atuais para o ensino de inglês como língua estrangeira. Signum: Estudos da Linguagem, Londrina, v. 17, n. 1, p. 102-129, jun. 2014.
- PERLIN, G. Identidades Surdas. In: SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 51-74.
- QUADROS, R. M. Estudos Surdos I. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.
- QUADROS, R. M. Estudos Surdos II. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008.
- ROCHA, C.H.; BRAGA, D.B.; CALDAS, R. R. (Orgs.) Políticas linguísticas, ensino de línguas e formação docente: desafios em tempos de globalização e internacionalização. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.
- STROBEL, K. As imagens do outro sobre a Cultura Surda. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.
- TAVARES, I. M. S; CARVALHO, T. S. S. Inclusão escolar e a formação de professores para o ensino de Libras (língua brasileira de sinais): do texto oficial ao contexto. In: Pesquisa em Educação: Desenvolvimento, ética e responsabilidade social, 2010.

VITALIANO, DALL' ACQUA, Maria Julia C.; BROCHADO, Sônia Maria D. Língua Brasileira de Sinais nos currículos dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas dos Estados do Paraná e de São Paulo: caracterização da disciplina, Londrina: EDUEL, 2010.

**Sobre a autora**

Ana Regina e Souza Campello  
Instituto Nacional de Educação de Surdos -INES  
<http://orcid.org/0000-0003-1464-9524>